

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

O MAB E A CONSCIÊNCIA DO POLÍTICO

Orlando Albani de Carvalho, Rosa Maria Vieira Medeiros
Boletim Gaúcho de Geografia, 29: 57-65, jan., 2003.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38743/26252>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jan, 2003

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

O MAB E A CONSCIÊNCIA DO POLÍTICO

Orlando Albani de Carvalho*

Rosa Maria Vieira Medeiros**

O objetivo deste texto é fazer algumas considerações sobre a problemática da construção de barragens e a importância da consciência do *político* nas populações atingidas por esses empreendimentos, questão central na dissertação de mestrado que ora desenvolvemos. Esta tem como objeto de estudo os processos de formação, nos integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens da Bacia do rio Uruguai (MAB), de uma consciência política que seja participante e de caráter permanente¹, capaz de colocá-los em condição de construção e desenvolvimento da Cidadania.

I. Introdução

Apesar de as barragens serem construídas com diferentes finalidades, é com a primeira grande reestruturação do sistema elétrico brasileiro, ocorrida a partir de meados de 1960, que se inicia, com dinheiro público, a construção de diversas usinas hidrelétricas de grande porte. De 1960 até 1985, no âmbito de uma lógica desenvolvimentista, a capacidade instalada do serviço público do

* Licenciado em Geografia. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. E-mail: orlandodccarvalho@globol.com

**Profª Drª do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFRGS. E-mail: rmvmedeiros@yahoo.com.br

¹ Sugere-se que, formada essa *consciência*, *permaneça* uma postura crítica (da sociedade) e participante (na sociedade) que, no limite, teria continuidade mesmo na possibilidade do afastamento do sujeito do movimento ou da possível extinção do mesmo.

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA	PORTO ALEGRE	Vol. 29	Nº 1	P. 57-65	JAN-JUN. 2003
--------------------------------	--------------	---------	------	----------	---------------

sistema elétrico brasileiro, com base hídrica, foi ampliada de 3642 MW para 36453 MW e, em 1995, atingiria os 50680MW (CARVALHO, 2002, p. 98-99).

No período 1994-1995, inicia-se uma nova reestruturação desse setor, desta feita “subordinada ao paradigma neoliberal de privatizações e de abertura e liberação de mercados, alavancado pelas agências multilaterais” (SAUER, 2002, p. 117) e que se estende até hoje. Mesmo considerando a existência de atingidos por barragens destinadas a outros fins, como projetos de irrigação, é importante salientar estes dois momentos de configuração do sistema elétrico nacional, que, no limite, podem até ser tomados como o pano de fundo da problemática do MAB, dadas às amplitudes física (da construção de barragens em si) e política dos dois momentos.

Ao primeiro momento, o período entre 1960-1994, associamos à formação do movimento (em 1979, em meio ao regime militar) e à afirmação dos atingidos diante de um interlocutor público. A partir daí, de 1995 até hoje, com o processo de privatizações do setor elétrico – particularmente da geração de energia – são agentes da iniciativa privada que passam a ser interlocutores, com uma perspectiva política própria de atuação no espaço e em relação aos atingidos.

Assim, a organização dos atingidos por barragens começa a surgir a partir de 1976, quando, em função de desterritorializações decorrentes da construção de diversas barragens, como Moxotó e Sobradinho (que entraram em funcionamento, respectivamente, em 1977 e 1979), componentes de uma infraestrutura que se considerava necessária à inserção brasileira na economia mundial, começam a surgir incipientes mobilizações de atingidos por estas e outras obras. Somente em Itaipu – inaugurada em meados da década de 80, no oeste paranaense – “as águas do reservatório inundaram [...] áreas rurais e urbanas, habitadas por cerca de 42.444 pessoas” (FERREIRA, 1987, p. 18). Mais recentemente, já na década de 90, hidrelétricas como as de Machadinho e de Itá (na bacia do rio Uruguai), entre outras, continuam levando milhares de pessoas a *saírem do lugar*, sendo reassentadas, quase sempre, em regiões distantes daquelas em que viviam.

Hoje, esse processo é alvo de críticas, inclusive do Banco Mundial – um dos maiores financiadores destes mega-projetos hidrelétricos –, seja pelos impactos sociais que essas obras vêm causando, seja pelas implicações consideradas “propriamente ecológicas”, como a inundação de grandes áreas florestadas.

Consideramos, frente a esse cenário, ser o MAB um movimento social através do qual a consciência *do político* na vida cotidiana ganha corpo. É esse conceito que desenvolveremos a seguir.

II. O conceito de político

Para o entendimento do que seja o conceito de “político”, partimos das noções de ‘político’ e ‘política’ que David SLATER (2000) desenvolve². Na definição desse autor:

[...] ‘o político’ se relaciona com a dimensão antagonista que é inerente a toda a sociedade humana – um antagonismo que pode assumir diferentes formas e ser localizado em diversas relações sociais.

Em contraste, a ‘política’ pode ser tomada como se referindo ao conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer uma certa ordem e organizar a vida social em condições que estão sempre potencialmente sujeitas ao conflito precisamente porque são afetadas pela dimensão do ‘político’. A política tem seu próprio espaço público – é um campo de trocas entre partidos políticos, de negócios parlamentares e governamentais, de eleições e representação e, em geral, dos tipos de atividades, práticas e procedimentos que acontecem na arena institucional do sistema político (SLATER, 2000, p.513-514, grifos meu).

George GURVITCH também deve ser considerado como um referencial importante para o entendimento desse conceito. Em “Os quadros sociais do conhecimento”(1969) ele afirma:

O conhecimento político é sobretudo detectável nas acções, intrigas e lutas em que grupos, classes e partidos políticos se defrontam directamente, [...] é antes de tudo um conhecimento: um conhecimento muito realista e exato das forças adversas e do meio em que a sua acção se desenvolve. [...] Segundo os casos, inspirará portanto um comportamento revolucionário, extremista ou pelo menos reivindicativo, para levar noutras circunstâncias ao compromisso, à contemporização e até à retirada (GURVITCH, 1969, p. 40).

São, então, a **política** e o **político** inseparáveis, constituindo uma relação dialética entre o instituído e aquilo que se quer instituir. Se esse *binômio político* é um espaço de disputas por poder, também é (ou deveria ser) de formação do cidadão e de outros modos de pensar a democracia.

No que se refere ao problema da construção de barragens, o entendimento, por parte dos integrantes do movimento, da necessidade de criação de meios de comunicação entre a esfera do político (que tem seu espaço na cotidianidade) e da política (que também tem seu espaço próprio, o público estatal) são os caminhos para a construção da cidadania. É o que fazem movimentos sociais como o MST e o

² Esta questão é fundamental – e difícil –, uma vez que esses termos são de uso extremamente amplo.

MAB. Através da *socialização política*³ cotidiana, seus membros constroem *pontes* não apenas com a política do Estado, mas também com o restante da sociedade.

Mas falar de política implica também – quase sempre – falar de poder. A ‘política’ e o ‘político’ são espaços inseparáveis de antagonismos que, em última análise, buscam apropriar-se do poder ou causar modificações em sua assimetria (ampliá-la ou reduzi-la).

No início de seu ensaio “*A política como vocação*”, Weber (1993, p. 55) registra que o conceito de ‘política’ (*politik*) é “extraordinariamente amplo e abrange todas as espécies de atividade diretiva autônoma” e também que o entendimento do que seja *política* no dia-a-dia certamente pode, em um momento inicial, levar à idéia de que se trata, genericamente, de um conjunto de práticas executadas por uma *empresa* (a política da Ford no Brasil, p.ex.), um *partido político*, um *sindicato* de trabalhadores ou ainda por uma *pessoa comum* (*‘para este assunto minha esposa tem a seguinte política...’*) com alguma finalidade. Nesse sentido, “política” consiste em alguma forma de planejamento e ação direcionada a um objetivo específico qualquer. Porém, tal forma de pensar é por demais abrangente em sua concepção. O autor opta por entender “política” em uma relação íntima com o poder e o Estado ou, em suas palavras, como:

[...] o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado. [...] [Assim] quando de uma questão se diz que é ‘política’ [...] é preciso entender [...] que os interesses de divisão, conservação ou transferência do poder são fatores essenciais para que se possa esclarecer aquela questão (WEBER, 1993, p. 56-57).

Ao pensar em um conceito para *política*, ele tinha o Estado como foco. Consideramos, neste trabalho, que embora o que realmente conte sejam as decisões institucionais feitas por governantes e legitimadas constitucionalmente⁴, é o desenvolvimento social do *político* – pensado, então, como um campo horizontal de relações humanas, em contraponto à verticalidade da *política* e que se desenvolve na cotidianidade das relações sociais – o aspecto mais fundamental. Segundo Slater (2000, p. 513), o político “pode ser visto como um tipo de relação que pode se desenvolver em qualquer área do social, independente de se permanece ou não dentro do recinto institucional da ‘política’”.

³ Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica do seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais (GRZYBOWSKY, 1991, p. 59).

⁴ Não que a simples escrita de uma Lei concretize alguma coisa. Quanto a elas, é preciso que sejam cumpridas e, principalmente, que tenham relação com a realidade dos cidadãos.

Enfim, é através da **consciência do político** que se formam as capacidades de provocar mudanças na sociedade e, por conseguinte, 'mudar/transformar' as decisões das políticas do Estado e das organizações privadas.

III. A construção de barragens como problema

A construção de barragens é uma área de empreendimentos do capitalismo transnacional nos quais se mobilizam atualmente, com as cerca de 1700 barragens em obras espalhadas pelo globo, a cifra de 50 bilhões de dólares ao ano⁵. Somente na Hidrelétrica de Itá, localizada sobre o rio Uruguai [27°15'S e 52°20'W], na divisa dos municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS), os investimentos foram da ordem de US\$1,5 bilhões.

Essas obras de engenharia (e de política, vale lembrar) vêm, contudo, recebendo muitas críticas pelos impactos sócio-ambientais que produzem, principalmente em função de inundação de grandes áreas para o complexo de suas instalações. A Hidrelétrica de Balbina, no estado do Amazonas, a 200 Km de Manaus, tem uma capacidade instalada de somente 250 MW, mas o reservatório formado ocupa uma área de 2430 Km² de floresta.

No Brasil, a partir do final da década de 60 e início da década de 70, o Governo Federal passa a desenvolver um grande projeto de construção de usinas hidrelétricas associado às necessidades de expansão capitalista e ao modelo desenvolvimentista do país, mas também relacionado com as crises do petróleo e às necessidades de substituição deste como fonte de energia. Como salienta Rothman (1996, p. 112):

Na década de 1970, no contexto dos aumentos nos custos da importação de petróleo, grandes hidrelétricas [...] foram comuns em alguns países do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil [...]. Para governos nacionais e para o Banco Mundial, grandes hidrelétricas têm um papel importante no desenvolvimento econômico, principalmente na produção de energia elétrica relativamente barata, em comparação com usinas térmicas ou nucleares.

Entretanto, conforme afirma Ferreira (1987, p. 15):

[...] constituindo-se em campo de investimento do capital financeiro-industrial nacional e internacional e servindo aos propósitos mais amplos da economia do País, estas hidrelétricas geraram vastas desapropriações em que milhares de lavradores, principalmente os pequenos, viram-se expulsos de suas terras [...].

⁵ Disponível em <http://irn.org/> [International Rivers Network] - acessada em 13/01/02.

Para que se tenha uma idéia do impacto social desse processo de expropriação da terra, a construção da hidrelétrica de Sobradinho – que data de 1979 – causou a remoção de 70 mil pessoas de seus locais de vida e as instalações de Itaparica, em 1988, e Tucuruí, em 1984, (que juntas acumulam aproximadamente 3.200Km² de áreas inundadas), causaram o deslocamento de quase 50 mil pessoas de suas casas, sendo que muitas delas ainda sobrevivem com auxílio governamental (cestas básicas...) ou vivem em barracas de lona, aguardando um assentamento⁶.

Os processos de privatização no setor elétrico tiveram um efeito importante nessa questão, que foi a mudança de *interlocutor*. Inicialmente as negociações do MAB eram com o Governo Federal, responsável direto pelas obras. Com as privatizações, muitos acordos não foram respeitados integralmente, quando não foram mesmo desconsiderados pelas empresas privadas⁷. Foi o que aconteceu com a hidrelétrica de Itá por ocasião de sua privatização, fazendo que as negociações tivessem que ser reiniciadas com as previsíveis dificuldades para a abertura de canais de comunicação entre o movimento e a empresa adquirente.

IV. O MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

O Movimento dos Atingidos por Barragens teve sua gênese⁸ na Bacia do rio Uruguai. Desde 1967, o Governo Federal vinha fazendo pesquisas sobre o potencial hidrelétrico da região, mas a ELETROSUL, somente em 1979, finalmente, anuncia na região um plano para a construção de 22 barragens na bacia do rio Uruguai. Nesse mesmo ano, organiza-se a CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (núcleo inicial do Movimento), com o auxílio de setores progressistas da igreja e de professores.

Em 1987, dois meses após uma passeata pelas ruas de Erechim (RS) com 5 mil agricultores atingidos, a CRAB consegue importantes concessões em negociações com a ELETROSUL (ROTHMAN, 1996, p. 106) sobre as hidrelétricas

⁶ O “Estudo da Comissão Mundial de Barragens” confirma danos sociais, ambientais e econômicos causados por barragens”, conforme: <http://irn.org/> [International Rivers Network] – acessada em 13/01/2002. Salientamos, também, que muitas destas pessoas acabaram ‘engrossando’ as fileiras do MST.

⁷ Normalmente de capital transnacional.

⁸ Para a redação dessa gênese, agregamos tanto nosso conhecimento empírico – fruto de entrevistas com integrantes do movimento – como pesquisa bibliográfica.

de Itá e de Machadinho.⁹ Os integrantes do movimento, de fato, chegaram a acreditar que tinham conseguido o cancelamento da obra de Machadinho, mas esta apenas teve sua localização mudada e as obras retomadas meses depois. Ainda assim, essa foi considerada uma importante vitória da CRAB, já que menos famílias foram atingidas com a nova localização.

Desta forma, em 1989, realiza-se, em Goiânia, o I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens e, em 1991, acontece o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, passando o movimento a denominar-se Movimento dos Atingidos por Barragens e a ter uma coordenação nacional com sede em São Paulo.

Atualmente, o MAB, que iniciou sua trajetória (a) através da reivindicação de indenizações justas para os atingidos, (b) colocando restrições às transformações/ modificações na paisagem local em função da criação dos reservatórios das barragens e (c) questionando a própria legitimidade da desapropriação de terras para fins de construção de hidrelétricas, é uma forma organizada de crítica e resistência às políticas públicas e privadas de gestão dos recursos hídricos do país e, em especial, às políticas do chamado Setor Elétrico.

O MAB, como outros movimentos sociais, luta por aquilo que considera um direito, ou seja, a permanência na terra e no lugar de vida¹⁰. Mas, como bem salienta Scherer-Warren (1996), “chegar ao reconhecimento de um direito” (p. 69) não é tarefa tão fácil assim:

A simples situação de miséria, de discriminação ou mesmo de exploração não produz automaticamente este reconhecimento. E, mais ainda, como reconhecer o direito de luta por um direito? Neste sentido é fundamental a existência de um fator subjetivo, ou seja, o reconhecimento de sua dignidade humana, que sempre foi solapada nas classes subalternas e tem raízes no sistema escravocrata e colonial. Para a redescoberta da dignidade humana dos camponeses, os trabalhos da teologia da Libertação e das respectivas pastorais tem sido fundamental. Cria-se, assim, a consciência não apenas do direito a um direito, mas o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino. É o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política (SCHERER-WARREN, 1996, p. 69).

De fato, a presença das Pastorais da Terra (CPT's) foram (e são) fundamentais para o alavancar da socialização política do MAB. Elas desempenharam um papel

⁹ Note-se que, apesar de o MAB ter surgido ainda durante o período militar brasileiro, somente após o fim deste é que esse movimento começa a conseguir algumas vitórias políticas.

¹⁰ Com o que concordamos; porém, no caso em questão, consideramos que o Estado, ao exercer seu domínio sobre o território – ancorado legalmente, ou seja, dotado de *legitimidade* constitucional –, evidenciou a relatividade do controle que os habitantes de um lugar têm sobre o espaço em que vivem.

importante não apenas pelo fortalecimento da auto-estima e dignidade das pessoas, mas também porque deram um suporte teórico e educacional essencial à formação de uma percepção crítica de seus direitos e também de suas identidades.

Passadas duas décadas da criação da célula inicial do movimento, na região sul do país, tem ele hoje expressão nacional e, pode-se dizer, compõe o elenco de atores políticos (e também da política) do Brasil.

V. Conclusão

Consideramos que o MAB é uma forma de entendimento e consciência de que a reterritorialização de seus integrantes somente pode dar-se através do campo político em seu sentido ampliado, isto é, na forma do diálogo ou, melhor dito, da *criação* deste¹¹ através da compreensão desse espaço de socialização e na atuação continuada no mesmo.

Se levarmos em conta, como Milton Santos, que “a cidadania, sem dúvida, se aprende” (1996, p. 7), precisamos considerar que este *aprendizado* somente pode ser coletivo, através de células iniciais, de ‘grupos’¹².

Com o grupo, encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização. É assim que nosso campo de luta se alarga e que um maior número de pessoas se avizinha da consciência possível, rompendo as amarras da alienação (SANTOS, 1996, p. 79).

Assim, se o poder é “o” objeto da política, ou seja, “obter ou conservar o poder é o fim imediato do exercício político” (SAINT-PIERRE, 1999, p. 95), esta – a política – “se refere [também] aos processos de poder mediante os quais as ordens sociais são mantidas ou desafiadas” (EAGLETON, 1997, p. 24).

É assim que consideramos ser, efetivamente, no campo *do político* que se abrem os leques – através da mobilização e organização popular voltada para a discussão das Políticas Estatais e Privadas Transnacionais – para as “possibilidades de subversão, questionamento, oposição, recusa e resistência” (SLATER, 2000, p. 515) às lógicas monetaristas do capitalismo transnacional e às transformações que este produz no espaço geográfico.

¹¹ É bom lembrar que a gênese do MAB – entre meados da década de 70 a meados da década de 80 – está inserida no contexto do regime militar brasileiro (1964-1985), cujo *diálogo político* entre governantes e governados não consistia em uma prática.

¹² Para essa posição temos referência inicial em George Gurvitch (1969), para quem um *grupo* é “[...] um microcosmo das manifestações de sociabilidade. [...] O grupo é uma unidade coletiva real [...] fundada sobre atitudes coletivas contínuas e ativas, tendo uma obra comum a realizar, unidade de atitudes, de obras e de comportamentos.” (p. 69).

Por fim, conforme entendemos, essa luta acontece, de maneira genérica, sobre o terreno da globalização e, de forma mais específica, a partir do final da década de 60, nos processos de reestruturação do sistema elétrico brasileiro. Tanto esses processos, como também o mais amplo de globalização, tiveram, e tem, efeitos desterritorializantes bem sentidos por todos aqueles que, após mobilizações iniciais esparsas, organizaram um movimento social que espacializa-se, hoje, nacionalmente. Porém não conseguimos pensar em uma situação "fora do território". Está-se sempre em algum território, no *território de alguém*. A questão é: à quem pertencem os territórios? De algum modo, essa é a discussão que o Movimento dos Atingidos por Barragens traz à tona. Mas essa já é uma questão para outro momento.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, J.F. de. Construção e desconstrução do sistema elétrico brasileiro. In: BRANCO, A. M. (Org.). **Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FERREIRA, Â.D.D. Movimentos Sociais Rurais no Paraná (1978-1982). In: BONIM, A.A. et al. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Crjar Edições Ltda./Ed. Universidade Federal do Paraná, 1987.
- GURVITCH, G. **Os quadros sociais do conhecimento**. Rio de Janeiro: Moraes Editores, 1969.
- ROTHMAN, F. D. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai. – In: **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.
- SAINT-PIERRE, H.L. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Ed. Nobel, 1996.
- SAUER, I. Energia elétrica no Brasil contemporâneo: a reestruturação do setor, questões e alternativas. In: BRANCO, A.M. (Org.). **Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- SLATER, D. Repensando as espacialidades dos Movimentos Sociais. In: ALVAREZ, S.E. et al. (Org.). **Cultura e política nos Movimentos Sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.